Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
https://ndmais.com.br/publicacoes-legais

• 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
• 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

16. RECEITA **LÍQUIDA**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Receita bruta da prestação de serviços	22	-
Tributos sobre a prestação de serviços	(7)	-
	15	-
Receita bruta da venda de energia elétrica	15.194	17.643
PIS sobre a venda de energia elétrica	(99)	(115)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(456)	(529)
	14.639	16.999
	14.654	16.999

17. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	31.12.2020	31.12.2019
Compra de energia	(27)	(20)
Depreciação e amortização	(7.721)	(7.710)
Serviços de terceiros	(855)	(482)
Serviços tomados de partes relacionadas	(921)	(445)
Encargos setoriais	(2.022)	(2.063)
Seguros fianças e comissões	(369)	(345)
Despesas com pessoal	(1.251)	(1.118)
	(13.166)	(12.183)

b) Despesas

	31.12.2020	31.12.2019
Serviços de terceiros	(1.835)	(1.897)
Serviços tomados de partes relacionadas	(463)	(419)
Viagens e estadias	(82)	(107)
Propaganda e publicidade	(34)	(34)
Impostos e taxas	(26)	(14)
Aluguel	(107)	(89)
Despesas com pessoal	(704)	(330)
Outros	(172)	(405)
	(3.423)	(3.295)

c) Outras receitas (despesas)

	31.12.2020	31.12.2019
Indenizações de seguros	-	1.507
Outras receitas	4	-
Condenações judiciais	(15)	-
Outras despesas	-	(83)
	(11)	1.424

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	442	713
Variação cambial ativa	877	-
Outras Receitas financeiras	182	98
	1.501	811
Despesas financeiras:		
Variação cambial passiva	(186)	(105)
Outras despesas financeiras	(171)	(230)
	(357)	(335)
	1.144	476

19. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.
Em 2020 e 2019, não há perdas consideradas prováveis, sendo assim não foram constituídas provisões para o exercício.

Contingências possíveis

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	40	47
Fiscais	4.459	1.748
	4.499	1.795

Processos investigativos

a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, nesse estágio, não é possível prever o resultado final.
b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.
A controladora da Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

20. OUTROS RISCOS

a) Risco de não prorrogação da autorização
A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica (nota explicativa nº 1), sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 2.18). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.
b) Risco da não entrega da energia contratada
É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

21. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. mantém apólices de seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, as quais abrangem as operações da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Energen Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energen Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energen Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER") e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016; no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

LEILÃO DE APARTAMENTO - FLORIANÓPOLIS/SC
Online
1º Leilão: 03/05/2021 às 11h00 | 2º Leilão: 07/05/2021 às 11h00

bradesco ZUKERMAN LEILÕES

Leilão de Alienação Fiduciária - **Dora Plat**, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Florianópolis/SC. Itacorubi**. Servidão Recanto Verde, nº 155, esquina com a Rodovia Amaro Antônio Vieira. **Apto. nº 422** (2º pav. tipo I, bloco B), Residencial Plaza Victoria e vaga de garagem simples coberta nº 156, tipo A, localizada no pavimento nível 11,76. Área priv.: 69,542m² (apto) e 12,00m² (vaga), Área total.: 91,4606m² (apto.) e 30,1484m² (vaga). Matrs. 138.557 e 138.831 do 2º RI local. **Obs.:** Ocupado. **1º Leilão**: 03/05/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 771.313,96. 2º Leilão**: 07/05/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 317.400,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 27/04/2021 às 09h30/2º Público Leilão: 28/04/2021 às 13h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, CNPJ n° 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do Contrato de Financiamento Imobiliário com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia - nº 6206070/RC1, assinado em 22/05/2018, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento de nº 104, localizado no primeiro pavimento e o espaço de estacionamento de nº 104 localizado no sub-solo do Edifício Condomínio Hotel Residencial Ilhas Canárias, à Rua Antenor Borges, 134, Distrito de Canasvieras, neste Município, aprovado pelo projeto nº 43.401, com a área privativa de 50,780m², área real comum de 19,1426m² e área real global de 69,9226m², correspondendo-lhe a fração ideal de 4,0070% ou 24,523m². O referido edifício acha-se construído sobre um terreno de 612,00m² e demais características constantes da matrícula 46.488. Matrícula nº 46.540 do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Santa Catarina/SC, Comarca de Florianópolis. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob o n° 23.33.062.0337.006-172. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$337.382,38 (Trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$178.597,10 (Cento e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e dez centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóveis ocupados, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97**. Fica a **Fiduciante Elaine Iungue Brandolt,** RG nº 6.071.035 SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº 528.565.930-20, residente e domiciliada em Florianópolis/SC, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através dos sites www.superbid.net e www.sold.superbid.net.

Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP

COLIGAÇÃO CORRETORA DE SEGUROS S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº. 04. 137. 811/0001-90 – NIRE: 42 3 0002853 3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **Coligação Corretora de Seguros S/A., CNPJ: 04.137.811/0001-90**, com sua sede na Rua República Argentina, 444 – Bairro Ponta Aguda, Cep.: 89.050-100, na cidade de Blumenau – SC, de acordo com as disposições legais e estatutárias e ainda de acordo com a Instrução Normartiva n° 81/2020, através do Presidente do Conselho de Administração, **Sr. José Dias de Farias**, vem por meio desta convocar os Acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária Digital através do endereço eletrônico www.coligacaoseguros.com.br/ago2021, a se realizar no dia 30/04/2021, às 9h**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020;
2) Parecer do Conselho Fiscal;
3) Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício de 2020;
4) Eleição e Posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2021;
5) Ratificação da Eleição e da Remuneração do Conselho Fiscal, já devidamente eleito/fixada pela Controladora Cooperativa de Trabalho de Serviços de Seguros-COOPSEG, na AGO DIGITAL realizada na data de 31/03/2021;
6) Ratificação da Remuneração do Conselho de Administração, já devidamente aprovada e fixada pela Controladora Cooperativa de Trabalho de Serviços de Seguros-COOPSEG na AGO DIGITAL realizada na data de 31/03/2021.
NOTA 1 - Poderão participar da Assembleia Geral os Senhores Acionistas com inscrição de seus nomes nos livros próprios da Companhia ou representados por procuradores que atendam aos requisitos legais.
NOTA 2 - A transmissão on-line da Assembleia Geral Ordinária Digital ocorrerá na sede da empresa, localizada na Rua República Argentina, 444, bairro Ponta Aguda, Cep.: 89.050-100, na cidade de Blumenau-SC, não havendo participação presencial dos acionistas, somente à distância mediante atuação remota via sistema eletrônico.
NOTA 3 – A AGO será gravada e será transmitida pelo sistema de videoconferência "HANGOUTS – GOOGLE MEET" e o sistema para votação será disponibilizado em nossa plataforma digital através do link: www.coligacaoseguros.com.br/ago2021, mais instruções e orientações de acesso para a participação e votação à distância, serão encaminhadas através de "Newsletter".

Blumenau, (SC), 12 de abril de 2021.
José Dias de Farias
Presidente Conselho de Administração

PUBLICAÇÃO LEGAL

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE **28 IMÓVEIS**
FECHAMENTO: 29/04/2021 a partir das 11h00
FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

Imóveis localizados em: AM BA GO MA MG MS MT PA PR RJ RS SC SP TO

✓ **À VISTA COM 10% DE DESCONTO** ✓ **PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS***

LOTE 21 - SÃO JOSÉ/SC - APARTAMENTO nº 502
C/ 01 VAGA DE GARAGEM nº 26
Rua Eugênio Portela, 617 - Resid. Mariana Costa Bento
(5º pav.) - **BAIRRO BARREIROS**
Área Privativa: 76,2400m²
LANCE MÍNIMO: R$ 144.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: **www.banco.bradesco/leiloes**
(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br